

RESOLUÇÃO Nº 911, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Diretoria Colegiada, por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que o Diretor Benedito Braga, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, publicada no DOU de 07 de maio de 2009 e nos elementos constantes no Processo nº 02501.001604/2009-02, resolveu:

Art. 1º Emitir Outorga Preventiva de uso de recursos hídricos a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26, doravante denominada Outorgada, para captação de água no rio São Francisco no Município de Malhada, com a finalidade de abastecimento público dos Distritos de Maniaçu (Caetité), Pajeú do Vento (Caetité), Ceraíma (Guanambi), Mutãs (Guanambi), Guirapá (Pindaí), Brejinho das Ametistas (Caetité), Morrinhos (Guanambi), Julião (Malhada), Pilões (Candiba) e Ibitira, no Município de Rio Antônio e dos Municípios Caetité, Candiba, Guanambi, Iuiú, Malhada, Matina, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Estado da Bahia, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 14° 18' 56,730" de Latitude Sul e 43° 45' 44,157" de Longitude Oeste;

II - vazão média de captação de 1.654,36 m<sup>3</sup>/h (459,54 L/s), operando 24 h/dia, durante todos os dias do ano perfazendo, um volume máximo anual de 14.293.668,65 m<sup>3</sup>; e

III - vazão máxima de captação de 1.985,23 m<sup>3</sup>/h (551,45 L/s);

Art. 2º A Outorga Preventiva, objeto desta Resolução, vigorará pelo prazo de três anos, podendo ser convertida em outorga de direito de uso de recursos hídricos, por solicitação da Outorgada.

Parágrafo único. A conversão de que trata este artigo poderá sofrer análise complementar pela ANA.

Art. 3º Após a conclusão da implantação do projeto ficará a outorgada obrigada a solicitar à ANA a conversão desta Outorga Preventiva em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome dos municípios baianos constantes do art. 1º ou dos seus respectivos concessionários.

Art. 4º Esta Outorga Preventiva não confere o direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento.

Art. 5º A Outorga Preventiva, objeto desta Resolução, poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de uso dos recursos hídricos;
- III - incidência nos arts. 15 e 49, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e
- IV - indeferimento ou cassação da licença ambiental se for o caso dessa exigência.

Art. 6º Esta Outorga Preventiva poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II - quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 7º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 8º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 9º A Outorga Preventiva de que trata o art. 1º desta Resolução está sujeita à cobrança, na forma de regulamentação específica.

Art. 10. Para retificação ou alteração das condições de uso de recursos hídricos ou de dados administrativos da outorga, a Outorgada deverá, primeiramente, retificar sua declaração no CNARH e, posteriormente, encaminhar solicitação à ANA por meio de formulário específico disponível no sítio da ANA na internet.

§ 1º No caso de transferência da outorga, a Outorgada deverá indicar o novo responsável pelo empreendimento, por meio da retificação da declaração no CNARH e envio da solicitação à ANA por meio de formulário específico disponível no sítio da ANA na internet.

§ 2º No caso de desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou desistência da outorga, a Outorgada deverá comunicar formalmente a ANA, por meio de envio de formulário específico disponível no sítio da ANA na internet.

Art. 11. A Outorgada se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Resolução.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LOPES VIANA